

Nota Técnica

Trata-se de consulta da PBH Ativos acerca da receita operacional bruta, para efeitos de aplicação das regras de governança previstas no Título I da Lei Federal n. 13.303/2016.

Esta manifestação considerou em sua elaboração as demonstrações contábeis da PBH Ativos, auditados por auditores independentes¹.

1. Critérios para o cálculo da receita operacional bruta

Para efeitos de cálculo da receita operacional bruta, são consideradas, exclusivamente, as receitas operacionais previstas nas demonstrações de resultado da Companhia.

As receitas operacionais da PBH Ativos são compostas pela correção monetária mensal pelo Índice de Preços ao Consumidor - IPCA dos créditos detidos pelo Município de Belo Horizonte/MG perante a Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA/MG, transferidos para a PBH Ativos S.A. a título de subscrição de capital social realizada em 29/05/2012, com vencimento em dezembro de 2031, conforme autorizado pelo inciso III do artigo 4º da Lei Municipal n. 10.003/2010².

E também pelas receitas decorrentes da operação de Cessão de Direitos de Créditos Autônomos realizado pelo Município de Belo Horizonte, em 01/04/2014, para a subscrição integral de debêntures subordinadas, não conversíveis em ações, de forma privada, no valor nominal de R\$ 880.320 mil, registradas como ativo no balanço patrimonial. Estas receitas são atualizadas em 1º de janeiro de cada ano pela variação acumulada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor

¹ <http://pbhativos.com.br/transparencia/balanco-e-demonstracoes-financeiras/>

²

<http://cmbhsildownload.cmbh.mg.gov.br/silinternet/servico/download/documentoDaNorma?idDocDaNorma=2c907f764335bcfe01438bb11c8a01c7>



Ampla Especial - IPCA-E, além de sofrer incidência, mensalmente, de juros de 1% ao mês sobre o valor do principal, atualizado, de acordo com as legislações e resoluções fiscais aplicáveis aos créditos originários.

2. Comportamento e projeção da receita operacional bruta da PBH Ativos

Em 2015 a receita operacional bruta apurada foi de R\$ 111.781 milhões, conforme demonstrações contábeis³.

Essa informação é relevante porque em 30 de junho de 2016 foi editada a Lei Federal n. 13.303, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios⁴.

Os §§ 3º e 4º do artigo 1º informam que:

§ 3º Os Poderes Executivos poderão editar atos que estabeleçam regras de governança destinadas às suas respectivas empresas públicas e sociedades de economia mista que se enquadrem na hipótese do § 1º, observadas as diretrizes gerais desta Lei.

§ 4º A não edição dos atos de que trata o § 3º no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a partir da publicação desta Lei submete as respectivas empresas públicas e sociedades de economia mista às regras de governança previstas no Título I desta Lei.

Já o citado § 1º do mesmo artigo prescreve:

§ 1º O Título I desta Lei, exceto o disposto nos arts. 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 11, 12 e 27, não se aplica à empresa pública e à sociedade de economia mista que tiver,

³ Demonstrações Contábeis – 2016 e 2015

<http://pbhativos.com.br/transparencia/balanco-e-demonstracoes-financeiras/>

⁴ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13303.htm

em conjunto com suas respectivas subsidiárias, no exercício social anterior, receita operacional bruta inferior a R\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais).

Assim sendo, a PBH Ativos se enquadrava em 2016 como estatal de maior porte, face à receita operacional bruta do ano anterior maior que R\$ 90 milhões (R\$ 111.781 milhões), tendo o dever de implantar o Título I da Lei das Estatais, em sua integralidade, observado o §4º do artigo 1º.

Situação essa mantida em 2016, ano em que a receita operacional bruta alcançou R\$ 125.009 milhões, conforme demonstrações contábeis ⁵.

No entanto, em 2017, a receita operacional bruta decresceu consideravelmente atingindo o patamar de R\$ 74.969 milhões, conforme as mesmas demonstrações contábeis.

Essa redução foi causada pela queda do IPCA:

- Acumulado 2014: 6,41%
- Acumulado 2015: 10,67%
- Acumulado 2016: 6,29%
- Acumulado 2017: 2,95%

E pela queda do IPCA-E:

- Acumulado 2014: 6,46%
- Acumulado 2015: 10,71%
- Acumulado 2016: 6,58%
- Acumulado 2017: 2,94%

⁵ Demonstrações Contábeis – 2017 e 2016: <http://pbhativos.com.br/transparencia/balanco-e-demonstracoes-financeiras/>



Para uma maior segurança de implantação da Lei das Estatais, ainda considera-se importante trabalhar com a projeção inflacionária para os próximos anos⁶:

- 2018: 3,8%
- 2019: 4,1%
- 2020: 4%

Vale ressaltar que a queda também considera as amortizações recebidas do fluxo de direitos creditórios no montante de R\$151.130 milhões em 2017.

Isso evidencia, a redução do recebimento dos direitos creditórios, uma vez que em 2016 e em 2015 as amortizações recebidas do referido fluxo foram de R\$ 156.374 milhões e R\$ 154.351 milhões, respectivamente.

O saldo dos direitos creditório vem reduzindo conforme se observa:

- 2015: R\$ 695.783 milhões
- 2016: R\$ 645.185 milhões
- 2017: R\$ 562.041 milhões

Sendo que a projeção do saldo em 28 de junho de 2018 estes direitos para os próximos anos é⁷:

- 2018: R\$ 473.877 milhões
- 2019: R\$ 397.962 milhões
- 2020: R\$ 239.748 milhões

Este decréscimo da receita operacional, que ocorreu durante o prazo de implantação da Lei Federal n. 13.303/2016, impacta diretamente seu enquadramento para fins de aplicação de regras e estruturas de governança, posto que o §1º do artigo 1º exige obrigações diferenciadas para empresas estatais que possuem receita operacional bruta acima ou abaixo de R\$ 90 milhões.

⁶ <https://www.itaubba.com.br/itaubba-pt/analises-economicas/projecoes/longo-prazo-junho-2018>

⁷ Dados da Gerência Financeira da PBH Ativos, em 28 de junho de 2018.



Diante de tais projeções e considerando as origens da receita operacional da PBH Ativos, em especial o fim dos recebíveis provenientes da Copasa (janeiro/2020), é possível afirmar que a Companhia tende a manter-se com receita operacional bruta menor que R\$ 90 milhões nos próximos anos.

Destaca-se que, ainda que as receitas financeiras de 2017, no montante de R\$11.487⁸ milhões, fossem eventualmente consideradas na apuração da receita operacional bruta, o que tecnicamente não recomendamos, a PBH Ativos, estaria abaixo de R\$ 90 milhões, pois em 2017, exercício anterior à data limite de implantação da Lei das Estatais, cujo prazo é previsto no artigo 91, seriam atingidos R\$ 86.456 milhões.

Veja-se que o Relatório da Administração, de 16 de março de 2018, referente ao exercício anterior (2017), assim descreve os Indicadores Econômicos e Financeiros (item 4)⁹:

As Receitas Operacionais contabilizadas como resultado do exercício totalizaram R\$74.969 mil, (R\$125.009 mil ano de 2016), em decorrência principalmente da atualização do saldo devedor dos créditos a receber no longo prazo. Por outro lado, o custo diminuiu de R\$83.601 mil para R\$ 42.214 mil. O decréscimo foi devido à redução da taxa do IPCA-E e IPCA, à qual é indexada a remuneração do Fluxo dos Direitos Creditórios e as Debêntures, respectivamente.

As Receitas Financeiras líquidas totalizaram R\$10.335 mil, representando uma queda de 32,82% em relação ao realizado em 2016 (R\$15.383 mil). Esta queda, substancialmente, foi em decorrência da diminuição do volume de recursos transacionados e da rentabilidade do investimento lastreado pelo CDI/SELIC pela empresa conforme demonstrado nas notas explicativas.

⁸ Demonstrações Contábeis 2017 e 2016: <http://pbhativos.com.br/transparencia/balanco-e-demonstracoes-financeiras/>

⁹ <http://pbhativos.com.br/transparencia/balanco-e-demonstracoes-financeiras/>



3. Conclusão

Não obstante a Companhia, em atendimento ao §4º do artigo 1º da Lei das Estatais, até o momento estar cumprindo a implantação do Título I em sua integralidade¹⁰, considerando a queda da receita operacional bruta da Empresa no exercício de 2017, é possível afirmar que a PBH Ativos, exclusivamente para efeitos da Lei Federal n. 13.303/2016, enquadra-se como de menor porte, devendo observar as exigências previstas no §1º do artigo 1º de referida Lei.

Belo Horizonte, 28 de junho de 2018.



Fernandes Associados

CRC/MG 6859

Wagner Lima Fernandes

CRCMG 66.671

¹⁰ Previsão de novas estruturas e edição de Código de Conduta e Integridade, Política de Divulgação de Informações, Política de Gestão de Riscos, Política de Transação com as Partes Relacionadas; Regimento Interno da Companhia, Política de Porta Vozes, Política de Distribuição de Dividendos, Regulamento Interno de Licitações e Contratos, política de Integridade (Anticorrupção), Política de Classificação de Informações e Política de Gestão de Pessoas. Reforma do Estatuto e Política de Indicação e Avaliação pautadas para a Assembleia Geral Extraordinária.